



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

243

Primeira Câmara Cível

Embargos de Declaração n.º 0066102-1/02

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Embargada: Cristina Pinheiro da Silva

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 557, §2º DO CPC. NÃO COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO DA MULTA. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. DECISÃO UNÂNIME.

R
5409

- O recolhimento prévio da multa prevista no artigo 557, §2º do Código de Processo Civil, é pressuposto recursal objetivo de admissibilidade. Dessa forma, é incognoscível o recurso interposto sem o comprovante de depósito da multa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes aclaratórios tombados sob o n.º 0066102-1/02 acordam os desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento respectiva, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, na forma do voto do Relator.

Recife, 05 de janeiro de 2010.

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator



Embargos de Declaração nº 0066102-1/02

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 0066102-1/02

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Embargada: Cristina Pinheiro da Silva

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

RELATÓRIO

1. Trata-se de Embargos Declaratórios opostos contra o Acórdão de fls. 26/27, da E. Primeira Câmara Cível, assim sumariado:

EMENTA: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CORTE DE ENERGIA. NULIDADE DE DÉBITO. NÃO COMPROVAÇÃO DE FRAUDE NO EQUIPAMENTO DE MEDIÇÃO. LAUDO PRODUZIDO UNILATERALMENTE. MULTA DE 10%. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- O corte no fornecimento de energia elétrica por mera suspeita de fraude, decorrente de inspeção efetivada pela própria concessionária daquele serviço público, ao fito de compelir o usuário ao pagamento da correspondente tarifa, é ilegal, mormente quando se discute no Judiciário o débito que o consumidor reputa indevido.
- A irregularidade no medidor de energia elétrica não torna lícita a cobrança de consumos presumidos, ainda mais quando não há qualquer prova de que o consumidor tenha concorrido para a fraude. Além disso, o laudo é inválido por ter sido produzido unilateralmente.
- Eventual ocorrência de irregularidade no equipamento de energia necessita de prova pericial em Juízo.
- Aplicação à parte recorrente da multa versada no § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil, fixada em 10% sobre o valor da causa, sendo o seu prévio pagamento à recorrida condição para interposição de qualquer outro recurso.
- Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo – feito tombado sob o número 0066102-1/01, em que figura como agravante Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, e como agravada Cristina Pinheiro da Silva, acordam os desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, na conformidade do termo de julgamento, em negar provimento ao Recurso de Agravo, mantida na íntegra a decisão terminativa atacada, impondo-se à parte recorrente a multa versada no § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil, fixada em 10% sobre o valor da causa, sendo o seu prévio pagamento à recorrida condição para interposição de qualquer outro recurso.

Recife, 25 de agosto de 2009.

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator

Sustenta o embargante, em resumo, nas suas razões recursais, o desacerto do acórdão embargado, apontando, outrossim, matérias sobre as quais entende que deveria pronunciar-se o julgado.

É o relatório, na essência.

VOTO

2. A interposição de novo recurso está condicionada ao depósito do valor correspondente à multa que foi aplicada à agravante com esteio no art. 557, § 2º, do CPC, sendo que, não tendo sido preenchido tal requisito de admissibilidade, incognoscíveis são os Embargos de Declaração em epígrafe.

Observe-se, por oportuno, posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no mesmo sentido.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. ART. 557, § 2º, DO CPC. NÃO-COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO. PRESSUPOSTO RECURSAL OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE (...) 1. O prévio recolhimento da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC é pressuposto recursal objetivo de admissibilidade. Portanto, a ausência de comprovante de depósito da multa implica o não-conhecimento do recurso interposto posteriormente à condenação. (EDC no AgrRg no Ag 1134291/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 14/09/2009).

Por tais fundamentos, não conheço dos presentes Embargos.

Recife, de de 2009.

Frederico Ricardo De Almeida Neves
Desembargador Relator